A FALÊNCIA DA CONDEPHAAT

Jolumá Britto

I

Tenho respondido para quem me pergunta; tenho escrito em letra de forma, por mais de uma vez, que nada tenho com o tombamento de prédios ou monumentos históricos da cidade de Campinas. Sou completamente alheio a esse modo de preservação de imagens antigas, e, se às vezes me vejo envolvido, ou mesmo meu nome, nesses movimentos de preservação das memórias históricas, é pela minha simples condição de historiador.

Então, eu sei quais os monumentos históricos que estão tombados pela Sphan, ou pela Condephaat, aquele Patrimônio Histórico, com sede em Brasília, e esta referindo-se sua sigla à de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

Sei mais que ambas as sociedades que defendem esse sentido de civismo em prol da manutenção das velhas imagens de nossa pátria, que estão, ainda, em monumentos e prédios, ameaçam violentamente de processos criminais por parte do sr. Procurador da República, Prefeitos e entidades, vereadores ou representantes do povo, que se constituem em ameaça à destruição e demolição daquilo que o País construiu com tanto amor, em seu passado.

No entanto, conforme frisou o jornal o Estado de São Paulo há poucos dias, "um dos sinais mais sérios da crise de ignorância que assola o Brasil é o tumulto e a improvisação que invadiram dois campos essenciais ao pensamento e modos de exprimi-lo: o idioma pátrio, que não se aprende mais, e a História que é campo de charlatanismo. Convém ir às fontes para não frasear a famosa advertência: os povos que ignoram sua História estão condenados a repeti-la". O atentado que se perpetra a uma lei do Condephaat presentemente, no Largo do Pará, uma das mais antigas praças arborizadas de Campinas, e que desde 1854 preocupa os campineiros, ou melhor, preocupou, com a inauguração ali de vários monumentos, como o coreto que existiu no centro da praça do Bento Quirino, onde se assentou em 1795 o pelourinho da cidade; o monumento-busto de Álvaro Ribeiro, retirado dali criminosamente por outros governos municipais que não o atual; a imagem da maior riqueza que sempre atendeu às necessidades econômicas do País e que foi erigida no centenário da plantação do primeiro pé de café em terras brasílicas, além do chafariz e onde está inscrito "Companhia Mac Hardy — Campinas — 1894", cuja história já esclareci há tempos, para a imprensa local.

Agora, no entanto, procede-se a reforma do antigo Largo que forneceu aos campineiros da velha guarda, as primeiras gotas d'água pura. Coincidentemente ou não, há dias publiquei aqui nestas mesmas colunas uma informação sobre todos os prédios e monumentos tombados em nossa terra. A direção do Estado de São Paulo, um dos poucos jornais que defendem com unhas e dentes, a tradição de Campinas, mandou um de seus redatores me ouvir a respeito do assunto, publicando um artigo ou reportagem em que esclareci que o imóvel que estão desfi-

gurando nos dias de hoje, estava tombado e, portanto, de maneira alguma poderia ser mutilado ou desfeito por quem quer que fosse. Recebi, igualmente, a visita de um moço amigo da história e da preservação de monumentos e prédios no Brasil, e que é o professor Dr. Paulo Sérgio Pinheiro, Chefe do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. Este jovem prova que não é somente gente da velha estirpe que se interessa pela manutenção dessas provas de grandeza no passado de nossa pátria. A seu pedido entreguei em mãos do sr. Nestor Goulart Reis, por intermédio da sra. Navajas, em São Paulo, um ofício em que se pede ao presidente da Condephaat providências contra o que se fez em Campinas, atentando contra a tradição de uma das mais antigas praças da cidade, que é o Largo do Pará. Eis os trechos dessa missiva, que não tenho autorização para divulgá-la, mas que por se tratar de interesse público, transcrevo-a na íntegra pensando não ferir o seu autor:

"Campinas, 15 de outubro de 1976. Exmo. Sr. Professor Nestor Goulart Reis, D.D. Presidente do Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. Condephaat — São Paulo.

Senhor Presidente.

Tendo tomado conhecimento das obras de reforma do Largo do Pará, em Campinas, que foi objeto do processo de tombamento 00326/73 do Condephaat, venho solicitar a V.Exa. que se digne tomar conhecimento desses fatos (um parêntese do autor deste artigo: o sr. Nestor já estava inteirado do que ocorria com o Largo do Pará e não se dignou a tomar nenhuma providência, para sustar sua demolição e remodelação, que atentam contra uma lei da qual S.Sa. tem por obrigação ser defensor integérrimo e até mesmo intemerato e ignorou pura e simplesmente o assunto). Continua o ofício: "Segundo constatei, por visita ao local e através de matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, de 14 de outubro de 1976, página 40, as obras já foram iniciadas e o Largo se encontra cercado por tapumes. Com efeito, os trabalhos de reforma das centenárias praças de Campinas padecem de sua compulsão de cimento e de luminárias que descaracterizam as peças históricas nelas contidas. Em muitos casos, essas peças são simplesmente retiradas — e essa ameaça paira sobre os lampiões do Largo do Pará".

Conforme o respeitável depoimento do historiador Jolumá Britto, autor de monumental obra sobre a cidade de Campinas, transcrito na matéria e através de entrevista que com ele mantive, a situação é alarmante.

A reforma do Largo do Pará é mais um ato de desrespeito à história da cidade e ao processo de tombamento."

Esta matéria sobre a Falência da Condephaat continuará no próximo artigo, ou seja, sábado vindouro.